



SILVEIRA FILHO, J. da. O Plano Real 20 anos atrás. Janela Econômica, ano 9, nº5, setembro, 2014. ISSN 2358-3525

## O Plano Real 20 anos Atrás

José da Silveira Filho

Faz 20 anos surgiu o Plano Real. Nasceu no dia primeiro de julho de 1994. Não foi mais outra tentativa em desespero diante de circunstâncias insolúveis. Resultou de cuidadosa elaboração e observação da prática social. Foi a culminância de demorado aprendizado teórico e dolorosas lições, cravadas de sacrifícios inimagináveis pela população trabalhadora.

De 1985 até 1994, oito planos de estabilização foram implementados. E todos acabaram em rotundo fracasso. Porém, cada um deles deixou ensinamentos que puderam servir de reflexão a fim de se perceber os erros cometidos, inviabilizadores de qualquer êxito em acalmar os preços. Foram eles, a saber: Plano Cruzado, Cruzadinho, Plano Cruzado II, Plano Bresser, Plano Feijão com Arroz, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II.

A inflação brasileira sempre se manifestou com certa intensidade, desde os primeiros registros compilados pelo IPC na capital federal do Rio de Janeiro lá pelo ano da graça de 1913. Porém, foi a partir de 1974 até 1994, que este fenômeno assumiu contornos assustadores e incontroláveis. Os trabalhadores assalariados foram os principais atingidos por não poderem transferir a ninguém a alta dos preços. Perceberam o poder de compra de suas rendas do trabalho diminuído mês a mês e, nos momentos piores, dia a dia. Os micro e pequenos proprietários de empresas também se viram em palpos de aranha. Se não encontrassem a viabilidade de realizar aplicações financeiras com parte do capital de giro, estariam fadados a fechar as portas. Não teriam como compensar o declínio das vendas. Por sua vez, a grande empresa pôde se desviar da escalada inflacionária ao praticar aplicações diárias, semanais e mensais, nas quais auferia renda suficiente para garantir a folha de pagamento. No final do exercício social, no demonstrativo de resultados aparecia lucro líquido. Todavia, para o trabalhador mais pobre, o único estratagema de escape era na medida admissível de suas posses comprar gêneros alimentícios para armazenar na despensa, defendendo-se precariamente dos aumentos. Caso isso não fosse realizável, não seria exagero afirmar que padeceria até fome. E a alta de preços não estava desacompanhada. A recessão a perseguiu de perto com o desemprego generalizado alastrado durante 20 anos, transformando em penúria diária o sobreviver dos mais pobres.

Portanto, o combate à inflação soava como primordial tarefa a vencer. Era em verdade

questão de continuidade ou aniquilação do próprio sistema capitalista. Por pouco não se beirou a hiperinflação em que a moeda queda em completo descrédito e a população prefere ter mercadoria em mãos do que dinheiro ou dinheiro sem atualização em conta corrente. Isto não chegou a suceder, embora tenha beirado o quase, por causa do mecanismo de indexação, no qual todos os preços, inclusive os salários, guiavam-se pelo reajuste padronizado dado pela evolução inflacionária. Porém, com um detalhe. Os preços sobem hoje. Os salários sobem daqui um mês. Há sempre uma defasagem não recomposta entre os dois mediada pelo tempo de reajuste. Esta discrepância poderia ser o túmulo de um sistema econômico ou o prenúncio de iminente catástrofe social.

A medição das perdas do trabalho perante o capital também seria muito complicada de se estimar. A forma de avaliação mais imediata estaria no confronto salário mínimo frente a frente com a inflação. Os índices mais antigos, como o IGP e o IPC<sup>1</sup>, o primeiro um indicador voltado ao atacado e o segundo voltado ao varejo, caso comparados com a evolução do salário mínimo, já antes em 1990, anunciariam perda de poder aquisitivo superior a 100 por cento, caso tomado o ano de 1974 como referência. O IGP anunciava perda de 147,56% e o IPC perda de 121,80% do salário mínimo. É impossível e porque não dizer incompreensível um salário perder além da totalidade de seu valor. Nada conseguiria comprar. Seria estopim de revolta caso semelhante catástrofe tivesse acontecido. Supermercados teriam sido saqueados pela população desesperada. Há uma faixa expressiva da população trabalhadora que ganha até 1 salário mínimo segundo as mensurações do IBGE. Não obstante as pesadas perdas salariais, identificadas pelo IGP e IPC, esta aferição guarda significado. Pode ser que as grandes empresas não tenham repassado a integralidade da carga de aumentos para os trabalhadores assalariados. Podem ter absorvido certo percentual e procurado se compensar na especulação financeira. Sabiam que ficariam sem compradores. Se elas absorveram parte dos aumentos por saberem que não havia como repassá-los na totalidade, algumas podem ter simplesmente fechado. Nem sobraria para o capital, nem para o trabalho. Seria um desmoronar. Algo que implodiu.

Em outras palavras, mesmo em termos de estimativa, é preciso escolher indicador apropriado para aferir as perdas do salário mínimo frente ao capital, personificado pela inflação. É o capital que impõe o aumento ao trabalho sem ter por onde fugir. Este indicador é o índice de preços ao consumidor, calculado pela Universidade de São Paulo (IPC – FIPE), o mais antigo de todos. Inicia suas aferições a partir de 1939, exclusivo para a capital paulista, porém concebido para avaliar os trabalhadores assalariados mais pobres. Este indicador ao ser confrontado com a inflação informa o tamanho da perda salarial havida entre 1974 e 1994. O salário mínimo perdeu 60,34% nesse período. Uma nota de 100 dinheiros, caso não tivesse

---

1 IGP: Índice Geral de Preços e IPC: Índice de Preços ao Consumidor, ambos calculados pela Fundação Getúlio Vargas.

sido trocada a moeda com corte de zeros e novo nome, comprava somente 40 dinheiros em mercadoria.

Em grossas pinceladas, esta foi a dimensão da tragédia para trabalhadores e também para pequenos capitais. E nem se mencionou o desemprego aviltante do ser humano e de suas condições de existência. Quando o capitalista olhava o futuro, acinzentado por brumas espessas de incerteza, vendas declinantes por causa de preços em disparada, ele adiava investimentos, quer dizer, empregos. Adiantamento a tardar ao menos 20 anos. Optava pela especulação financeira mediante aquisição de títulos públicos, pagamento líquido e certo, garantido pelo Estado, feito de atualização monetária somados com juros. Inflação e desemprego resultaram como saldo das aflições populares entre 1974 e 1994. Décênios de triste recordação.

Em primeiro de julho principia oficialmente o Plano Real. Foi elaborado um ano antes com todo o detalhe e interdisciplinaridade ao contar com o apoio de advogados e versados em orçamento público, comandado por uma equipe de economistas ligados à escola monetarista, cuja origem se ramifica pela Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Como a inflação é considerada por eles como um fenômeno de natureza monetária era da teoria a isto vinculada e da experiência ensinada pelos fracassos anteriores ocorridos que teria de ressurgir novo plano de estabilização.

Não poderia haver congelamento. Não poderia haver confisco. Não poderia haver segredo no silêncio dos gabinetes. Não poderia haver defasagem temporal de reajuste entre salários e preços. Não poderia pairar sombra de desconfiança da população. Não poderia haver precipitação. Não poderia haver surpresa. Lições duramente aprendidas em 20 anos de malogro. Era o capitalismo que poderia estar em xeque. Outra decepção coletiva, poderia ser a gota d'água. O nazismo apareceu na Alemanha nos anos 20, motivado principalmente pela desvalorização da moeda.

Das maiores lições de como não fazer e errar, finalmente urdiram o certo. O Plano Real foi concebido em três etapas. A primeira foi de conserto do orçamento da União. Isso implica em ajuste fiscal. Cortar gastos, aumentar impostos, organizar as contas públicas, tapar esquadros sem fim de dinheiro. Sanar o déficit de governo a fim de contornar a necessidade de emissão de títulos públicos e de moeda para conseguir cobrir o rombo de receita inferior à despesa. O lançamento de títulos públicos e de moeda implicava em correção monetária do valor. Era isto que propagava a inflação para frente. Devia ser estancado. A segunda etapa foi o período de transição da velha moeda, o cruzeiro real, para a nova moeda, o real. A primeira contaminada pela inflação, a segunda livre dela. Teria a duração de 4 meses. Refletia fase de acomodamento em nova situação. Salários e preços seriam corrigidos por igual e

simultaneamente sem defasagem. Não poderia haver descompensação. Era urgente que esse processo temporário tivesse credibilidade da população antes de lançar a moeda nova. Foi projetado um indexador igualitário de preços e salários. Era a Unidade Real de Valor (URV). Assim que a população tivesse confiança nele, ele seria retirado. Funcionava apenas como unidade de conta. Não era uma moeda. Era um instrumento de conversão monetária imparcial entre valores. A terceira etapa coincidia com o lançamento da nova moeda. Nascia o Real com cuidados especiais para a inflação não voltar. Em todos os planos anteriores, após queda momentânea, a inflação voltava. O crédito foi restringido no máximo. Os bancos não concediam crédito. O compulsório sobre empréstimos estabelecido pelo Banco Central foi colocado em 100%. As taxas de juros dos títulos públicos foram elevadas a 45% ao ano. Era uma rentabilidade incomparável a quem quisesse comprá-los. Captaram bilhões de dólares do exterior para conferir lastro à nascente moeda e esta reunir poder de compra. 1 real comprava 1 dólar. Em realidade, a cotação foi até inferior a isso. As importações foram liberalizadas para abastecer o mercado interno com mercadorias evitando que houvesse salto súbito na inflação quando os preços estabilizassem e a população assalariada pudesse comprar. Havia muita demanda reprimida. E o povo iria querer sair da pobreza enorme que sempre viveu. Nesta etapa, o Plano Real estava ancorado ao câmbio. O câmbio estava segurando a alta de preços no entender dos elaboradores do Plano Real. E, por último, a medida final. Era preciso extrair a correção monetária do principal preço da economia: o preço da força de trabalho. Os salários foram desvinculados da proteção automática e simultânea via correção monetária dos preços na breve transição pela URV. Não exerceriam mais pressão sobre a margem de lucro. Intercalaram o princípio da livre negociação entre capital e trabalho. As leis de mercado ditariam os aumentos salariais.

Em linhas sucintas e gerais, assim foi o Plano Real em seus cinco primeiros anos de atuação, quando até 1999 se ancorou ao câmbio valorizado para deter a inflação. A finalidade desta formulação era extinguir a indexação inflacionária que se perpetuava por inércia. Tanto que foi batizada de inflação inercial em sua vigência de 20 anos. Provinha do passado. Realizava-se no presente. Projetava-se ao futuro.

O Plano Real conseguiu estabilizar os preços no intuito de abrir caminho ao regresso do aguardado crescimento econômico duradouro. Isto leva o nome de crescimento sustentável. A bem da verdade, a inflação foi melhor equacionada em vista da temeridade que representou no apertadíssimo período de 1974 a 1994. Entretanto, ainda vem perdurando resistente resíduo inflacionário que não consegue ser eliminado. Atrapalha. Encarece as mercadorias, em particular gêneros alimentícios com peso maior na população de menor rendimento. E, nesse meio tempo, o crescimento econômico não foi solucionado em plenitude. As dúvidas em como gerar emprego e renda ainda nublam as diretrizes da política econômica e disseminam incertezas pela classe trabalhadora em seu porvir. Atormentam os viventes de hoje. É a

inquirição mais angustiante. A sociedade brasileira está em busca de novo modelo econômico. E, em verdade em verdade vos digo, talvez nem seja exclusividade de nossa sociedade. Talvez seja questionamento sobre o futuro do capitalismo internacional.

## REFERÊNCIAS

FIÚZA, G. **3.000 dias no bunker**: um plano na cabeça e um país na mão. Rio de Janeiro: Record, 2006.

PEREIRA, L. C. B.; NAKANO, Y. Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação. **Revista de Economia Política**, Vol. 4, nº1, janeiro-março, 1984. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/13-1.pdf>>. Acesso em: 24 março 2014>.

PRADO, M. C. R. M. do. **A real história do real**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

RANGEL, I. **A inflação brasileira**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

RESENDE, A. L. A moeda indexada: uma proposta para a inflação inercial. **Revista de Economia Política**, Vol. 5, nº2, abril-junho, 1985. Disponível em: <[http://www.rep.org.br/pdf/18-11.pdf?origin=publication\\_detail](http://www.rep.org.br/pdf/18-11.pdf?origin=publication_detail)>. Acesso em: 24 março 2014.

SILVEIRA FILHO, J da. **A inflação no Brasil**: os anos tenebrosos de 1974 a 1994. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/14/14-a-inflacao-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

SIMONSEN, M. H. **Inflação**: gradualismo x tratamento de choque. Rio de Janeiro: APEC/SA, 1970.

A **JANELA ECONÔMICA** é um espaço de divulgação das ideias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Ciências Econômicas das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores, e as ideias nele inseridas não necessariamente refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.